

Projeto torna mais difícil o

DE S. PAULO

Sexta-feira, 5 de junho de 1987 — ECONOMIA — A-27

aumento da carga tributária

JORGE CALDEIRA

Enviado especial a Brasília

Se o governo espera colaboração do Congresso constituinte para aumentar a carga tributária, como foi anunciado, vai encontrar muitas dificuldades. Pelo projeto em tramitação, elaborado pela subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição de Rendimentos, muitos impostos vão acabar e outros serão modificados. Além disso, deve diminuir bastante a margem de manobra que o governo possui para criar tributos, compulsórios, modificar alíquotas, hoje bastante grande.

Pelo projeto em tramitação, contribuições sociais como PIS e Funrural só podem ser cobradas depois de aprovada uma lei, e mesmo assim noventa dias depois que ela entrar em vigor. Já os empréstimos compulsórios (FND, compulsórios sobre veículos, viagens etc.) vão ter a finalidade única de cobrir despesas no caso de calamidades públicas. Atualmente, o governo utiliza com frequência esses mecanismos para aumentar sua receita, pois eles têm a vantagem de ser criados por decreto-lei, entrando em vigor imediatamente. Assim, o que deveria ser tributo se transforma em instrumento de política monetária, de contenção de demanda ou aumento de receita, conforme a necessidade do Executivo.

Os aumentos de impostos também serão mais difíceis. Hoje, as alíquotas são modificadas por portarias, exceto no caso do Imposto de Renda.

A QUESTÃO TRIBUTÁRIA NA CONSTITUINTE		
	COMO ESTÁ	COMO FICA
Empréstimos compulsórios	Criados por decreto-lei, sem previsão de situações	Criados por decreto, apenas em caso de calamidades
Mudanças de alíquotas	Feitas a qualquer momento, por decreto ou portaria, entram em vigor imediatamente, exceto o Imposto de Renda e o de Patrimônio	Imposto de Renda e patrimônio: só por lei, e entra em vigor pelo menos um ano depois de aprovada; IPI: por lei, entra em vigor em 90 dias; IOF e Impostos de Importação e de Exportação: dentro dos limites, por decreto, entram em vigor imediatamente
Privilégios	Militares, magistrados e parlamentares têm privilégios fiscais	Todos pagam conforme os ganhos
Impostos da União	São 11: Imposto de Renda, de Importação, de Exportação, sobre Produtos Industrializados, Operações Financeiras, Comunicações, Combustíveis e Lubrificantes, Energia elétrica, Minerais, Transporte e Imposto Territorial Rural	Serão 5: Imposto de Renda, Produtos Industrializados, Importação, Exportação e Operações Financeiras
Estado	3 impostos: Circulação de Mercadorias, Transmissão de Bens Imóveis e Propriedade de Veículos Automotores	Serão 5: os antigos, mais o Imposto sobre Heranças e o Imposto Territorial Rural. A base do ICM vai ser alterada
Municípios	São 2: Imposto sobre Serviços e Propriedade Territorial Urbana	Ficam 2: IPTU e Imposto sobre Vendas a Varejo

Pelo projeto, só os impostos sobre Operações Financeira (IOF), Importação e Exportação podem sofrer alterações por decreto presidencial,

dentro de limites fixados em lei. Para aumentar a alíquota do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), por exemplo, vai ser preciso uma lei

específica aprovada pelo Congresso.

Segundo o relator do projeto da subcomissão, deputado Fernando Coelho (PMDB-PE), 29, de centro segundo levantamento da Folha publicado no caderno "Os Eleitos", no dia 19 de janeiro, "o objetivo do projeto é o de limitar o poder de tributar do Estado, e proteger o cidadão". Ao que tudo indica, o objetivo do governo no atual momento é o de utilizar seu poder de aumentar tributos sem que os cidadãos discutam, e se choca com os do projeto.

Simplicidade

Além de maiores dificuldades de aumento, o novo projeto prevê ainda a diminuição do número total de impostos pagos à União, Estados e municípios, que deve cair de dezesseis para doze (veja quadro). A principal consequência dessa mudança é uma redistribuição das receitas tributárias. A União, que hoje fica com 44% do total arrecadado, deve passar a ter 36% das receitas. Ganham os Estados, cuja participação deve subir de 37% para 41% e os municípios, que passam de 19% para 23%.

Mesmo levando-se em conta o fato de que os projetos em tramitação no Congresso constituinte ainda podem ser substancialmente alterados, parece pouco provável que a marcha no sentido de diminuir os espaços de tributação da União e de que os déficits públicos não possam ser financiados com aumento de carga tributária seja contida.

Anteprojeto define o que é empresa nacional

Da Sucursal de Brasília

O senador Severo Gomes (PMDB-SP), relator da Comissão da Ordem Econômica do Congresso Constituinte, disse, ontem, que o seu anteprojeto — cujo texto preliminar será distribuído até amanhã à noite — conterá um conceito de empresa nacional. Ele qualificará como tal as companhias que tenham o centro de decisões no país e que sejam controladas por acionistas brasileiros.

A afirmativa do senador Severo Gomes, feita durante um debate promovido pela revista "Exame", da Editora Abril, adiantou um dos temas principais da Comissão da Ordem Econômica, pois, no anteprojeto anteriormente aprovado na subcomissão de Princípios Gerais, ficou definido que seria nacional a empresa que simplesmente atuasse no país. Este conceito inclui filiais de empresas multinacionais instaladas no Brasil.

O debate reuniu também o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) e os deputados Francisco Dornelles (PFL-RJ), César Maia (PDT-RJ) e Afif Domingos (PL-SP). Severo disse também que a Constituição deve conter um item garantindo o princípio da reserva de mercado aos produtos estratégicos.

Durante o painel, realizado entre 09h30m e 12h30, e transmitido através da Embratel, o senador paulista teve dificuldades para responder a uma pergunta sobre o grau de responsabilidade do PMDB na "economia catastrófica". Os demais parlamentares, contudo, não tiveram dúvidas em jogar a culpa sobre os ombros do partido majoritário no Congresso constituinte. "A Aliança Democrática não existe. Quem não está confuso, está mal informado. Hoje, não temos comando, pois nenhuma ordem econômica é cumprida. Os

empresários não têm um norte, um horizonte", reclamou Afif Domingos.

O ex-ministro Francisco Dornelles denunciou a ineficiência do Estado, salientando que "os recursos são desviados para cobrir déficit das empresas do governo". Segundo Dornelles, no orçamento deste ano, haverá uma disponibilidade de Cz\$ 50 bilhões para o Ministério da Educação e da Saúde, enquanto só a Siderbrás receberá Cz\$ 88 bilhões.

A atuação dos bancos estrangeiros no Brasil foi outro tema discutido no painel. Dornelles e Afif não vêem problemas nessa participação, mas Severo Gomes e César Maia fazem restrições à atividade financeira estrangeira em território nacional. "Não há razão para o Brasil ter medo dos bancos estrangeiros", disse Francisco Dornelles, enquanto Maia argumentou que o capital internacional tem que ser visto com uma "reserva especial".

Um ponto que também surgiu entre os debatedores foi a proposta de jornada de trabalho de 40 horas e estabilidade no emprego. "A estabilidade é uma necessidade, mas se for dada ao trabalhador desde o primeiro instante na empresa, seria um fator de desestabilização. Isso criaria um processo seletivo muito forte, que pode reduzir os salários", afirmou César Maia, recebendo o endosso de Severo Gomes.

O senador paulista rejeitou a hipótese de conversão de dívida externa em investimentos fixos no Brasil, salientando que isso provocaria um processo de desnacionalização. Ele também recusou "a lógica do FMI, que não nos serve". Jarbas Passarinho, porém, disse que o FMI "não nos tira a soberania nacional". Ele acrescentou que, em 1984, o Brasil "saiu do brejo, mas perdemos tudo isso devido ao falso nacionalismo".



Severo Gomes, Dornelles, Passarinho, Maia e Afif, na mesa, a partir da esquerda

Discriminação preocupa as múltis

Da Reportagem Local

As propostas que estão sendo feitas no Congresso constituinte, como discriminação do capital estrangeiro, nacionalização dos bancos e a criação de uma reserva de mercado para a química fina estão assustando mais as empresas multinacionais do que a atual situação econômica do país. A inflação (alta geral e contínua dos preços) e a recessão (crescimento negativo do produto e do emprego) são conjunturais, e devem passar, mas as propostas podem se transformar em lei e por isto são mais preocupantes, afirmou Christopher Lund, 47, logo após sua posse como presidente da Câmara Americana de Comércio para o Brasil.

Diversas empresas norte-americanas que tinham planos de se instalar no país mudaram de idéia, e mesmo aquelas já estabelecidas estão diminuindo suas perspectivas de expansão, confirmou David Benadof, 52, diretor-gerente da JI Case do Brasil e até então presidente da

Câmara. A indefinição política tem afetado mais os investimentos de empresas que ainda não estão no Brasil ou que acabaram de chegar, pois daquelas instaladas há anos, na pior das hipóteses, têm de fazer investimentos de manutenção industrial continuamente. Mas mesmo elas podem optar em remeter seus lucros as matrizes ao invés de reinvestir, explicou Benadof.

O Brasil é uma das melhores oportunidades de investimento do mundo, afirmaram ambos. Mas decisões governamentais, como a reserva de mercado para a tecnologia de ponta, têm desviado muitos investimentos para países como Formosa e Coréia, disse Benadof. Para o ex-presidente da Câmara, o investimento em dinheiro novo das empresas multinacionais no Brasil deverá ser maior este ano do que no passado, quando atingiu US\$ 100 milhões. As empresas estrangeiras têm, segundo dados da câmara, US\$ 14 bilhões investidos no país.